



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

MANHÃ

Cargo:

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Área: CONTROLE EXTERNO

Especialidade: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Orientação: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva PD₁. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva PO₁, e a prova discursiva PD₁, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Aquilo que desesperadamente procuramos pode bem ser o que já possuímos.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para o Caderno de Textos Definitivos.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PO₁

Texto para os itens de 1 a 6

1 A experiência de governança pública tem mostrado
que os sistemas democráticos de governo se fortalecem à
medida que os governos eleitos assumem a liderança de
4 processos de mudanças que buscam o atendimento das
demandas de sociedades cada vez mais complexas e alcançam
resultados positivos perceptíveis pela população.

7 Contemporaneamente, para o alcance de resultados de
desenvolvimento nacional, exige-se dessa liderança não apenas
o enfrentamento de desafios de gestão, como a busca da
10 eficiência na execução dos projetos e das atividades
governamentais, no conhecido lema de “fazer mais com
menos”, mas também o desafio de “fazer melhor” (com mais
13 qualidade), como se espera, por exemplo, nos serviços públicos
de educação e saúde prestados à população. Esse novo desafio
de governo tem como consequência um novo requisito de
16 gestão, o que implica a necessidade de desenvolvimento de
novos modelos de governança para se alcançarem os objetivos
e metas de governo, em sintonia com a sociedade.

19 Outros aspectos sociotécnicos importantes que
caracterizam a nova governança pública se relacionam aos
anseios de maior participação e controle social nas ações de
22 governo, que, somados ao de liberdade, estabelecem o cerne do
milenar conceito de cidadania (participação no governo) e os
valores centrais da democracia social do século XXI.

25 Governar de modo inovador exige, invariavelmente,
repensar o modelo secular de governança pública em todas as
suas dimensões: política, econômica, social e tecnológica. Com
28 a evolução sociotécnica, fortemente alavancada pelo
desenvolvimento das tecnologias da informação e
comunicação, as mudanças na governança pública implicam
31 mudanças na base tecnológica que sustenta a burocracia, nas
estruturas do aparelho de Estado e em seus modelos de gestão.

Internet: <<http://aquarius.mcti.gov.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A forma verbal “estabelecem” (l.22) está flexionada no plural porque concorda com o termo antecedente “aspectos” (l.19).
- 2 Sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, o último período do segundo parágrafo poderia ser assim resumido: Esse novo desafio governamental requer o desenvolvimento de novos modelos de gestão e de governança, com vistas ao alcance das metas de governo, em sintonia com a sociedade.
- 3 Não haveria prejuízo do sentido original do texto caso o termo “invariavelmente” (l.25) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente depois de “repensar” (l.26).
- 4 Na linha 8, o emprego da preposição em “dessa liderança” justifica-se pela regência do verbo **exigir**.
- 5 Infere-se do texto uma crítica dirigida ao governo brasileiro contemporâneo, identificado como pouco eficiente no desenvolvimento dos projetos e das atividades governamentais, principalmente no que se refere às áreas de educação e saúde.
- 6 A inserção de vírgula logo após a palavra “mudanças” (l.4) traria prejuízo à coerência do texto.

Texto para os itens de 7 a 12

1 O crescimento populacional e econômico, aliado à
evolução dos mercados e à complexidade das relações sociais,
4 traduz-se em demandas por serviços públicos mais sofisticados,
em maior quantidade e com mais qualidade. Para estar à altura
das exigências da sociedade do século XXI, o desafio que se
coloca ao país é a construção de um Estado “inteligente”, que
7 incorpore os avanços tecnológicos, a rapidez e as facilidades da
era digital.

10 Em um país de dimensões continentais e com mais de
cinco mil municípios, como o Brasil, a boa gestão pública é
condição necessária para o desenvolvimento com
sustentabilidade e inclusão social. É por meio de uma gestão
13 eficaz que o governo reúne instrumentos para melhor atender
às demandas por políticas inclusivas e por serviços públicos em
um ambiente de crescimento e de fortes demandas sociais, com
16 maior conscientização e participação de uma sociedade plural.

Nesse cenário, fez-se necessário repensar o modelo de
administração da máquina pública. A Lei de Responsabilidade
19 Fiscal (LRF), em vigor desde maio de 2000, estabelece, entre
outras exigências, o equilíbrio das contas governamentais, que
possibilita ao Estado assumir o compromisso de investir na
22 melhoria da sua capacidade de execução e, assim, prestar
serviços adequados e implementar políticas públicas eficazes
e eficientes, garantindo, ao mesmo tempo, transparência na
25 execução de programas governamentais e acesso desimpedido
às informações solicitadas pelo cidadão.

Por dentro do Brasil. Modernização da gestão pública.
Internet: <<http://www.brasil.gov.br>> (com adaptações).

No que se refere às informações e aos aspectos linguísticos do texto, julgue os próximos itens.

- 7 De acordo com o texto, é necessário repensar o modelo de administração da máquina pública, principalmente no que se refere à entrada em vigor da LRF, para que o Estado brasileiro possa, de fato, dar cumprimento às políticas públicas de interesse social.
- 8 Conferiria maior clareza ao texto a seguinte reescrita do segundo período do primeiro parágrafo, dado o adequado estabelecimento das relações sintáticas entre os termos que integram as orações do segmento: Para estar à altura das exigências da sociedade do século XXI, o Brasil deve aceitar o desafio de construção de um Estado “inteligente”, que incorpore os avanços tecnológicos, a rapidez e as facilidades da era digital.
- 9 Na linha 1, o emprego do adjetivo “aliado” no plural não prejudicaria a correção gramatical do texto, dada a possibilidade, no contexto, de concordância com os termos anteriores mais próximos — “populacional e econômico”.
- 10 As aspas empregadas em “inteligente” (l.6) marcam o tom irônico que o termo adquire no contexto em que se insere.
- 11 O período que inicia o terceiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito, sem prejuízo das informações originais, da seguinte forma: Devido ao cenário, fez necessário repensar-se o modelo administrativo da máquina pública.
- 12 No terceiro parágrafo, a expressão “Nesse cenário” retoma, por coesão, o contexto anteriormente descrito: o do Brasil no século XXI, caracterizado por um “ambiente de crescimento e de fortes demandas sociais, com maior conscientização e participação de uma sociedade plural”.

Texto para os itens de 13 a 18

1 O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou ações
para a elaboração de diagnóstico e suporte à educação básica.
A auditoria conferiu aspectos relativos ao Plano de Ações
4 Articuladas, à assistência técnica prestada pelo Ministério da
Educação (MEC) e ao levantamento de dados necessários à
formação e ao cálculo do índice de desenvolvimento da
7 educação básica (IDEB).

A auditoria identificou baixo nível de implementação
das ações para provimento de infraestrutura e de recursos
pedagógicos, que vão desde a implantação de laboratório de
10 informática e conexão à Internet ao fornecimento de água
potável e energia elétrica.

13 A análise do IDEB apontou a necessidade de
aperfeiçoamento da metodologia de obtenção desse índice.
Segundo avalia o ministro relator do processo, “O IDEB é um
16 importante instrumento para a aferição da qualidade da
educação, por isso deve ser aprimorado de forma a permitir um
diagnóstico mais fidedigno dos sistemas de ensino”.

19 Outro instrumento de gestão educacional avaliado foi
o sistema integrado de monitoramento do MEC, que, segundo
a auditoria, também deve ser melhorado. Parte dos dados
22 encontra-se desatualizada.

TCU avalia gestão da educação básica em municípios brasileiros. Notícia
publicada em 12/9/2013. Internet: <www.tcu.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 13 No último período do texto, destaca-se o motivo pelo qual, segundo a auditoria do TCU, o sistema integrado de monitoramento do MEC deve ser melhorado.
- 14 Nesse texto, de caráter essencialmente informativo, atesta-se a importância do IDEB para a aferição da qualidade da educação, a despeito da necessidade de melhoria da metodologia empregada no cálculo desse índice.
- 15 Em “A auditoria conferiu aspectos relativos ao Plano de Ações Articuladas (...) e ao cálculo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)” (l.3-7), o verbo **conferir** está empregado com o sentido de **outorgar**.
- 16 Na linha 4, o emprego do acento grave, indicativo de crase, em “à assistência técnica prestada”, justifica-se pela regência do termo “Articuladas” e pela presença do artigo **a**, que define o substantivo “assistência”.
- 17 Os vocábulos “assistência”, “potável” e “elétrica” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 18 Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso o primeiro período do terceiro parágrafo fosse assim reescrito: Na análise do IDEB, foi atestado a necessidade de aperfeiçoar a metodologia que obtém esse índice.

O agronegócio brasileiro contribuiu novamente para elevar o produto interno bruto (PIB). Esse setor cresceu 3,9% no segundo trimestre de 2013, em comparação com o primeiro trimestre desse mesmo ano, e 13% em relação ao mesmo período de 2012. Os produtores aumentaram a produtividade de soja em 23,7% e de milho em 12,2%; as áreas plantadas desses produtos aumentaram 10,8% e 3,9%, respectivamente. No entanto, apesar dos resultados positivos da produção, os obstáculos que os produtores enfrentam com relação à infraestrutura e à logística impedem uma expansão maior.

Economia. In: Correio Braziliense. 31/8/2013, p. 8.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue os itens a seguir.

- 19 No texto, é citado um fator impeditivo de um maior desenvolvimento econômico do Brasil: as deficiências infraestruturais que reduzem a competitividade do país em meio a um mercado mundial caracterizado por uma acirrada competição.
- 20 No segundo semestre de 2013, o governo federal concluiu a transferência, para a iniciativa privada, por meio de privatizações, da gestão de toda a malha rodoviária federal brasileira, o que promoveu melhorias no escoamento da produção agrícola nacional.
- 21 No atual estágio da economia mundial, os aumentos de produtividade, como os assinalados no texto, decorrem de múltiplos fatores, entre os quais se destacam as contínuas inovações tecnológicas disponibilizadas para o sistema produtivo.
- 22 No Brasil, a inexistência de órgão público voltado para a pesquisa agropecuária em âmbito nacional inibe um crescimento maior desse setor no conjunto da economia nacional, contudo essa ausência é suprida, parcialmente, por empresas de extensão rural mantidas por alguns governos estaduais.
- 23 No Centro-oeste, não houve evolução do agronegócio em comparação ao restante do país, devido à presença de técnicas agrícolas ultrapassadas e às dificuldades de ampliação da área cultivada. Desse modo, essa região foi suplantada pelas regiões norte e nordeste no que se refere à produtividade agrícola.
- 24 Graças aos bons resultados obtidos na produção agrícola nas últimas décadas, houve a redução drástica da fome e a emergência de um modelo mundial de desenvolvimento acentuadamente simétrico, resultados de uma economia globalizada.

Once more with feeling

1 Tokyo’s bid to host the 2016 Olympics, observed
 many of its disappointed residents afterwards, failed because of
 a lack of passion. After years of rising economic insecurity and
 4 public debt, Tokyoites simply could not gather enough
 enthusiasm to put on the world’s costliest sporting
 extravaganza. There was no such problem this time. In beating
 7 Madrid and Istanbul on September 7th for the right to host the
 2020 Games, Tokyo impressed the International Olympic
 Committee (IOC) with a bid which is supported by 70% of the
 10 city’s population. That level of backing has risen by 14
 percentage points since the earthquake/tsunami that wrecked
 Japan’s northeast coast in March 2011.

13 It might appear strange that it took a disaster to
 rekindle Tokyo’s passion for the Olympics, but the city’s
 government relentlessly sold the idea that the event would help
 16 Japan recover — and many Japanese believe it. Ironically then,
 the lingering Fukushima nuclear crisis, triggered by that
 disaster, threatened Tokyo’s bid at the final hurdle. A string of
 19 problems at the leaky Fukushima Daiichi nuclear plant, 230 km
 (140 miles) from the capital, put Tokyo’s Olympic organisers
 on the defensive, and forced Prime Minister Shinzo Abe to find
 22 \$470m to plug the leaks. The world’s top athletes will be safe
 from radiation, he pledged before the IOC’s final vote on
 Saturday in Buenos Aires. “Let me assure you the situation is
 25 under control. It has never done and will never do any damage
 to Tokyo,” he said.

Mr. Abe had less to say about whether Japan can
 28 afford the games. Tokyo will build 22 of the 37 Olympic
 venues from scratch, and spend \$1 billion refurbishing the
 national Olympic stadium, the centerpiece of Japan’s 1964
 31 Olympics. The government’s estimated price tag for all this
 construction is ¥409 billion yen (\$4.1 billion). That is almost
 certainly optimistic: every single Games since 1960 has failed
 34 to meet the cost target. The average overrun has been a
 whopping 179%.

Nonetheless, can the Olympics bring some lasting
 37 benefit to Japan? It seems that those 70% of Tokyo residents
 certainly believe so.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 25 Tokyo’s Prime Minister said that the earthquake/tsunami did not and will not harm the city of Tokyo.
- 26 Japanese Government’s estimated costs for the Olympics are unlikely to be met.
- 27 Since the 1960’s Olympic Games, the cost of each event has nearly doubled.
- 28 It can be deduced from the text that the International Olympic Committee (IOC) did not choose Tokyo as the host of the 2016 Olympics because the city’s residents were not enthusiastic about the event.
- 29 The percentage of Tokyo residents who supported the Olympics in the city increased after the earthquake/tsunami of 2011.
- 30 The possibility of hosting the Olympic Games made the government invest more on controlling Fukushima’s nuclear crisis.

Multivitamins fail to prevent heart problems

Physicians’ Health Study II found that men who took multivitamins lowered their cancer risk.

1 Dashing the hopes of those who hope to pop a pill to
 prevent heart disease, doctors announced Monday that daily
 multivitamins don’t stave off cardiovascular problems, such as
 4 heart attacks, stroke or death. The findings come from the only
 large-scale, long-term trial of its kind, called the Physicians’
 Health Study II.

7 “Vitamin supplements will never be a substitute for a
 healthy diet,” says study co-author JoAnn Manson, chief of
 preventive medicine at Boston’s Brigham and Women’s
 10 Hospital and a professor at Harvard Medical School.

The new study, which followed 14,661 male doctors
 for more than 11 years, had slightly more positive results for
 13 cancer. That part of the study, published last month, found that
 men who took multivitamins lowered their risk of cancer by
 8%.

16 As an industry, dietary supplements have grown from
 \$4 billion a year in 1994 to nearly \$24 billion in 2008,
 according to the editorial. Because regulation of dietary
 19 supplements is less strict than for other drugs, makers of these
 pills are often able to make exaggerated claims about their
 benefits, with little to no evidence to back them up.

22 Recent studies have largely failed to find much benefit
 from dietary supplements, however, whether taken as a single
 vitamin or multivitamin. High doses of vitamin E, vitamin C,
 25 betacarotene, selenium and B vitamins all failed to prevent
 cancer, according to carefully done studies. Studies of
 high-dose vitamin E have found that it actually increased the
 28 risk of stroke and prostate cancer.

Internet: <www.usatoday.com> (adapted).

Based on the text above, judge the items below.

- 31 The findings of the research corroborate with the belief that pills cannot replace healthy eating habits.
- 32 The Physician’s Health Study II was unique because it involved more than 14,000 researchers.
- 33 The results of the studies of vitamin E are yet inconclusive, as it is indicated by the use of the verb form “have found” (l.27).
- 34 The text’s title and subtitle present conflicting information.

Na contratação de determinada empresa por certo órgão público, ficou acordado que o administrador pagaria R\$ 200.000,00 para a contratação do serviço, mais quatro parcelas iguais no valor de R\$ 132.000,00 cada a serem pagas, respectivamente, no final do primeiro, segundo, terceiro e quarto anos consecutivos à assinatura do contrato. Considere que a empresa tenha concluído satisfatoriamente o serviço dois anos após a contratação e que tenha sido negociada a antecipação das duas últimas parcelas para serem pagas juntamente com a segunda parcela.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 35 Se para o pagamento for utilizado desconto racional composto, a uma taxa de 10% ao ano, na antecipação das parcelas, o desconto obtido com o valor da terceira parcela será o mesmo que seria obtido se fosse utilizado desconto racional simples.
- 36 Se na antecipação for utilizado desconto comercial composto, a uma taxa de 10% ao ano, para pagamento das duas últimas parcelas, o valor do desconto obtido com a quarta parcela será igual a R\$ 25.080,00.
- 37 Se for decidida a utilização de desconto racional simples a uma taxa de 10% ao ano para pagamento das duas últimas parcelas, o valor total do desconto será superior a R\$ 35.000,00.
- 38 Se for utilizado desconto comercial simples a uma taxa de 10% ao ano para pagamento das duas últimas parcelas, o valor total a ser pago à empresa no final do segundo ano será inferior a R\$ 350.000,00.
- 39 Considere que, no contrato assinado entre a empresa e o órgão público, tenha sido acordado que o pagamento das quatro parcelas, com valores iguais a R\$ 132.000,00, possa, de comum acordo entre as partes, ser feito ao final dos quatro anos, sendo a taxa composta de juros incidente sobre as parcelas igual a 1,5% ao mês. Nessa situação, caso houvesse previsão dessa cláusula para o pagamento das parcelas, e tomando 1,2 como valor aproximado para $(1,015)^{12}$, é correto afirmar que o pagamento à empresa que seria feito quatro anos após a contratação seria superior a R\$ 576.000,00.

Suponha que Fábio tenha decidido depositar mensalmente, sempre no dia 2 de cada mês, a quantia fixa de R\$ 360,00 em uma conta que remunera o capital a uma taxa composta de 2% ao mês. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 40 Suponha que, em determinado mês, a parcela depositada correspondeu a 16% do salário de Fábio, mas que, ao receber um aumento salarial, o valor da parcela tenha passado a corresponder a 12% do novo salário. Nessa situação, é correto afirmar que o aumento salarial de Fábio foi superior a 30%.
- 41 Se cada depósito representar mais de 15% do salário mensal de Fábio, é correto concluir que Fábio recebe mensalmente um salário superior a R\$ 2.400,00.
- 42 Considere que Fábio tenha depositado R\$ 360,00 em 2 de fevereiro, em 2 de março e em 2 de abril, respectivamente. Se Fábio tivesse escolhido depositar esses valores, nas mesmas datas, em uma conta que remunera o capital a uma taxa de juros simples de 3% ao mês, então o valor que constaria na conta, em 2 de maio, relativo a esses três depósitos, seria superior a R\$ 1.140,00.
- 43 Considere que Fábio tenha feito o primeiro depósito no dia 2 de fevereiro, mas que tenha deixado de depositar os valores correspondentes aos dias 2 de março e 2 de abril. Se Fábio atualizar os depósitos no dia 2 de maio, de forma que o montante final corresponda ao valor que deveria constar na conta caso tivessem sido realizados os dois depósitos não efetuados, então o depósito a ser realizado por Fábio deverá ser superior a R\$ 1.100,00.
- 44 Considere que Fábio tenha depositado R\$ 360,00 no dia 2 de fevereiro e que tenha efetuado dois depósitos de R\$ 360,00 no dia 2 de março. Considere, ainda, que, em 2 de abril, Fábio tenha sacado dessa conta a quantia de R\$ 1.095,00. Nessa situação, tomando 96,5 como valor aproximado de $\sqrt{9.312}$, é correto afirmar que a taxa interna de retorno desse fluxo de caixa relativo ao dia 2 de fevereiro foi inferior a 10%.

RASCUNHO

No que se refere aos ministros de Estado e ao exercício do poder regulamentar pelo presidente da República, julgue os itens subsequentes.

- 45 O presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal e sobre a extinção de cargos vagos e de órgãos públicos em processo de fusão, incorporação ou dissolução.
- 46 Os ministros de Estado devem ser julgados pela prática de crimes de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal, salvo se esses crimes tiverem sido cometidos de modo conexo aos praticados pelo presidente da República, caso em que o julgamento competirá ao Senado Federal.

Julgue os itens a seguir, acerca das disposições constitucionais relativas à ordem econômica e financeira.

- 47 Como agente regulador da atividade econômica, o Estado exerce atividades fiscalizatórias e de incentivo para o setor público, mas, em atenção ao princípio da livre concorrência, está impedido de executar funções de caráter normativo ou de planejamento que interfiram na atividade econômica.
- 48 As empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, cuja sede e cuja administração encontrem-se no país, poderão gozar de tratamento diferenciado, sem que as vantagens concedidas a essas empresas constituam antinomia com o princípio da livre concorrência.

A respeito dos orçamentos públicos, julgue os itens seguintes.

- 49 Configura crime de responsabilidade a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, caso a inclusão desse investimento não tenha sido feita no plano plurianual e inexistir lei que autorize essa inclusão.
- 50 Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são disciplinados por leis cuja iniciativa é do Poder Executivo.

No que tange ao funcionamento e às atribuições do Congresso Nacional, julgue os itens subsequentes.

- 51 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União, além de aprovar, por voto secreto, a escolha dos ministros do TCU indicados pelo Presidente da República.
- 52 Nas convocações extraordinárias do Congresso Nacional, serão automaticamente incluídas na pauta da convocação as medidas provisórias que estejam em vigor.

Considerando a disciplina constitucional atinente ao Estado federal brasileiro, julgue o próximo item.

- 53 Os territórios federais não se configuram como entes federativos, alçados que estão à categoria de autarquia territorial da União, de modo que, caso um território federal venha a ser criado, esse não terá Poder Legislativo próprio nem disporá de representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Em relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e às defensorias públicas, julgue os itens que se seguem.

- 54 Diferentemente das defensorias públicas estaduais, a Defensoria Pública da União não dispõe de autonomia funcional e administrativa.
- 55 O CNJ, órgão do Poder Judiciário, possui, entre outras prerrogativas, as atribuições de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, o que lhe permite expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

Com referência ao controle de constitucionalidade, julgue o próximo item.

- 56 Os órgãos fracionários dos tribunais submeterão ao plenário ou ao seu órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade de determinada norma, ainda que estes já tenham se pronunciado acerca da questão suscitada.

Acerca dos agentes públicos e do processo administrativo disciplinar, julgue os itens seguintes.

- 57 A instauração de processo administrativo disciplinar é obrigatória para a aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- 58 A promoção, a readaptação e a posse em outro cargo inacumulável incluem-se entre os fatos que geram a situação de vacância do cargo público.

Com relação à Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o item a seguir.

59 As disposições da referida lei aplicam-se aos órgãos e às entidades que integram o Poder Executivo federal, mas não aos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, que dispõem de disciplina própria relativamente aos processos de natureza administrativa.

A respeito de licitação e de contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

60 Visando resguardar o adequado cumprimento do contrato administrativo, a administração pública deve indicar e exigir, entre as opções legalmente previstas, a garantia a ser prestada pelo particular contratado para executar obras, serviços e compras no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

61 Uma autoridade administrativa pode, de ofício ou por provocação de terceiros, revogar um certame licitatório em razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. A anulação de licitação, entretanto, por motivo de ilegalidade, só pode se dar de ofício ou por recomendação do Ministério Público, mediante parecer escrito e adequadamente fundamentado.

Considerando os poderes regulamentar e de polícia, julgue os itens subsecutivos.

62 As licenças são atos vinculados por meio dos quais a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade que só pode ser exercida de forma legítima mediante tal consentimento.

63 Se, ao editar um decreto de natureza regulamentar, a Presidência da República invadir a esfera de competência do Poder Legislativo, este poderá sustar o decreto presidencial sob a justificativa de que o decreto extrapolou os limites do poder de regulamentação.

A propósito de parcerias público-privadas, julgue os itens subsequentes.

64 Um dos traços caracterizadores da parceria público-privada é a indelegabilidade de funções que somente o Estado executa, como, por exemplo, as de regulação e as decorrentes do exercício do poder de polícia.

65 Se o governo de determinado estado da Federação, ao contratar uma empresa privada para a construção e administração de uma penitenciária, realizar pagamento mensal proporcional ao número de detentos e fiscalizar a prestação dos serviços, estará executando o contrato de concessão patrocinada, por meio do qual o concessionário recebe da administração, em caráter adicional ao pagamento efetuado pelos beneficiários, a contraprestação pecuniária devida.

Julgue o próximo item, relativo a concessão e permissão de serviços públicos.

66 A permissão de serviço público possui contornos bilaterais, mas, diferentemente da concessão de serviço público, não pode ser caracterizada como de natureza contratual.

Acerca de contratos de concessão de serviço público, julgue os itens seguintes.

67 A rescisão, como forma de extinção da concessão, é de iniciativa da administração, determinada por ato unilateral e escrito no caso de descumprimento, pelo concessionário, de obrigações regulamentares.

68 Nos contratos de concessão de serviço público, vigora a regra da unicidade da tarifa, vedado o estabelecimento de tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, ressalvados os casos provenientes do atendimento a segmentos idênticos de usuários que, pelo vulto dos investimentos, exijam tal distinção.

Julgue os itens a seguir, com fundamento na Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

69 Determinada fundação, constituída em outro país e destinada a fins de interesse coletivo, pode abrir filial no Brasil mediante prévia aprovação dos atos constitutivos pelo governo brasileiro, hipótese em que a filial ficará sujeita à legislação brasileira.

70 Após cinco anos de vigência de lei especial sobre determinada matéria, foi editada nova lei contemplando disposições gerais acerca do mesmo tema. Nessa situação, a edição da lei mais recente, a qual estabelece disposições gerais, revoga a lei anterior especial.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens que se seguem.

71 De acordo com a jurisprudência do STJ, é admitida a presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica quando esta deixar de funcionar em seu domicílio fiscal sem a comunicação aos órgãos competentes.

72 O dano moral se refere a um prejuízo que atinge o patrimônio incorpóreo de uma pessoa natural, vinculado aos direitos de personalidade, de índole essencialmente subjetiva, razão pela qual não pode atingir a pessoa jurídica.

Julgue o próximo item, relativo a bens públicos.

73 Os edifícios destinados a serviço público são considerados bens de uso comum do povo, insuscetíveis de usucapião.

No que concerne aos negócios jurídicos, às obrigações e aos contratos, julgue os itens subsequentes.

74 O juiz pode pronunciar a nulidade do negócio jurídico quando conhecer o seu conteúdo e seus efeitos, assim como pode supri-la, a requerimento da parte.

75 Considere que terceiro interessado queira pagar dívida do devedor e que o credor tenha manifestado sua recusa em receber o pagamento. Nessa situação, o terceiro poderá valer-se dos meios conducentes à exoneração do devedor, pois a legislação de regência confere a qualquer interessado na extinção da dívida a faculdade de pagá-la.

76 Considere que, em relação ao mesmo crédito, tenham ocorrido várias cessões e que os envolvidos tenham ingressado com ação judicial. Nessa situação, deve prevalecer a cessão que se completar com a tradição do título de crédito cedido.

77 Embora o princípio do aproveitamento do ato nulo ou anulável tenha amparo no Código Civil, somente será possível a decretação da nulidade parcial do contrato, resguardando-se a parte válida, se esta puder subsistir autonomamente.

No que se refere à prescrição e à responsabilidade civil, julgue os itens subsecutivos.

78 Considere que, pelo mesmo fato, determinado agente esteja respondendo a ação cível e criminal e que o juízo criminal tenha concluído, mediante decisão, que o referido agente foi o autor do fato. Nessa situação, como a responsabilidade civil é independente da criminal, pode o juízo cível concluir em sentido contrário, afastando a autoria e a responsabilidade do agente.

79 De acordo com a jurisprudência do STJ, na reparação civil por danos decorrentes de inadimplemento contratual, aplica-se o prazo prescricional de dez anos.

No que se refere aos princípios constitucionais do processo civil, julgue os itens seguintes.

80 Considere que, ao apreciar determinada ação judicial, o magistrado tenha declarado, de ofício, a ocorrência de prescrição, sem abrir prazo para que a parte interessada se manifestasse sobre esse aspecto. Nessa situação, o magistrado agiu corretamente, pois o reconhecimento de questões de ordem pública de ofício pelo magistrado dispensa, em caráter absoluto, a observância do princípio do contraditório.

81 São nulos, por violarem o princípio do juiz natural, os atos decisórios proferidos por órgãos colegiados compostos, em sua maioria, por juízes de primeiro grau convocados regularmente.

82 De acordo com a jurisprudência do STJ, embora o princípio do juiz natural seja considerado uma garantia constitucional, é admitida a sua flexibilização para conferir maior agilidade na prestação jurisdicional.

83 Considere que em determinado processo judicial o magistrado tenha constatado a ocorrência de infração ao devido processo legal, mas que não tenha declarado sua nulidade, diante da ausência de comprovação do correspondente prejuízo. Nessa situação, o magistrado agiu corretamente, visto que a jurisprudência do STJ admite a preservação de processo judicial, quando não comprovado o prejuízo decorrente da ofensa ao devido processo legal.

No que diz respeito aos atos judiciais, julgue os itens que se seguem.

84 Considere que o juiz, ao constatar que a parte não interpôs recurso no prazo legal, tenha determinado que a serventia judicial certificasse o transcurso do prazo. Nessa situação, o juiz exarou um despacho de mero expediente e não uma decisão interlocutória.

85 A sentença é a expressão que designa tanto o ato judicial por meio do qual o mérito da causa é decidido quanto o ato que se limita a extinguir o processo sem julgamento do mérito.

86 Considere que o autor de determinada ação judicial tenha requerido a produção de prova pericial e que o magistrado tenha indeferido o pedido. Nessa situação, o ato do magistrado configura uma decisão interlocutória e não um despacho.

No que se refere ao processo civil e ao controle judicial dos atos administrativos, julgue os próximos itens, à luz da jurisprudência do STJ.

- 87** Considere que determinado servidor público tenha impetrado mandado de segurança visando o recebimento de valores correspondentes às parcelas pretéritas de vantagem patrimonial que considera ser devida. Nesse caso, o mandado de segurança não constitui meio adequado para pleitear a produção de efeitos patrimoniais passados, os quais devem ser postulados administrativamente ou na via judicial própria.
- 88** Em ação de mandado de segurança não pode o Poder Judiciário rever a pena de demissão imposta a servidor público pela administração, ainda que com fundamento no princípio da proporcionalidade. Nesse caso, o controle jurisdicional não é amplo e se limita a aspectos formais do procedimento administrativo que culminou com a aplicação da sanção impugnada.
- 89** O ajuizamento de ação popular demanda a comprovação, pelo autor, do prejuízo experimentado pelo erário em decorrência da prática do ato impugnado, requisito sem o qual não pode ser admitida a ação popular pelo Poder Judiciário.
- 90** Não é cabível a ação civil pública por improbidade administrativa cuja finalidade exclusiva seja a obtenção de ressarcimento ao erário.

Julgue os itens a seguir elencados, que tratam da lei penal no tempo e no espaço.

- 91** Segundo a atual redação do Código Penal Brasileiro, os crimes cometidos no estrangeiro são puníveis segundo a lei brasileira se praticados contra a administração pública quando o agente delituoso estiver a serviço do governo brasileiro, salvo se já absolvido pela justiça no exterior com relação àqueles mesmos atos delituosos.
- 92** Segundo o Código Penal Brasileiro vigente, a lei posterior que, de qualquer forma, favorecer o agente delituoso aplica-se aos fatos a ela anteriores, desde que não decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- 93** Segundo a norma penal vigente, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido em embarcações brasileiras, sendo elas de natureza pública ou privada, salvo se essas embarcações não se encontrarem em águas internacionais.

94 Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), não se admite, de fato, a continuidade delitiva nos crimes contra a vida, conforme estabelecido no artigo 71 do Código Penal Brasileiro.

95 Quanto ao crime continuado ou ao permanente, é correto afirmar que, segundo a jurisprudência do STF, aplica-se a lei mais severa quando a execução daqueles delitos tenha se iniciado na vigência dessa lei, ainda que sobrevenha outra mais benéfica.

A respeito de tipicidade, ilicitude, imputabilidade e crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

96 O erro relativo à ilicitude do fato penalmente relevante, se inevitável, isentará de culpa o agente; se evitável, poderá diminuir a pena de um sexto até dois terços.

97 Segundo a Lei n.º 8666/1993, será punido o servidor público que admitir a licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarados inidôneos; porém, não será punível o profissional declarado inidôneo que contratar com a administração pública, uma vez que a prévia verificação de inidoneidade deverá ser realizada necessariamente por todos os órgãos públicos.

98 Um crime é enquadrado na modalidade de delito tentado quando, ultrapassada a fase de sua cogitação, inicia-se, de imediato, a fase dos respectivos atos preparatórios, tais como a aquisição de arma de fogo para a prática de planejado homicídio.

99 Na redação atual do Código Penal Brasileiro, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa de lei em contrário, não são puníveis se, pelo menos, o delito não é tentado.

100 Os crimes previstos na Lei n.º 8666/1993 somente são puníveis quando o agente delituoso os pratica com dolo, seja esse direto, indireto ou eventual.

PROVA DISCURSIVA PD₁

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Na questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

O Ministério da Integração Nacional determinou o cancelamento de concorrência para a compra de 187,5 mil cisternas de plástico, ao custo estimado de quase R\$ 600 milhões. A licitação havia sido suspensa por uma decisão liminar do Tribunal de Contas da União (TCU). O Ministério tomou a decisão após consultar o TCU.

O Globo, 4/9/2013, p. 7 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do zelo pelos recursos públicos como condição inerente ao ideal republicano.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o patrimonialismo e a propriedade dos recursos públicos; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ o controle dos gastos públicos; [valor: 14,00 pontos]
- ▶ os órgãos de controle como expressão da sociedade. [valor: 12,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

TARDE

Cargo:

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Área: CONTROLE EXTERNO

Especialidade: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Orientação: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva PD₂. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva PO₂, e a prova discursiva PD₂, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Nenhuma aspiração humana pode ser alcançada se o homem não pensa.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o Caderno de Textos Definitivos.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PO₂

Acerca das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e da Declaração de Lima, julgue os itens a seguir.

- 101 É atribuição privativa do presidente convocar reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural.
- 102 Consoante a Declaração de Lima de Diretrizes para Preceitos de Auditoria, é permitido às Entidades Fiscalizadoras Superiores usar, à sua discricão, os recursos alocados a elas em uma rubrica orçamentária separada.

A propósito do Tribunal de Contas da União (TCU), no que se refere a sua natureza, competência, julgamento e fiscalização, julgue os seguintes.

- 103 São competências do TCU a análise técnico-jurídica e o julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República e a emissão de pareceres gerais.
- 104 Qualquer cidadão poderá denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
- 105 Compete ao TCU auxiliar o Congresso Nacional a exercer a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, desde que a participação se dê de forma direta.
- 106 No uso de sua função sancionadora, pode o TCU, no caso de ilegalidade, fixar prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

No que se refere à Lei Orgânica e ao regimento interno do TCU, julgue os próximos itens.

- 107 No julgamento das contas regulares, exceto nos casos em que haja ressalvas, o tribunal dará quitação ao responsável.
- 108 Serão aceitos embargos de declaração apenas quando houver contradição em acórdão do tribunal, sendo submetidos à deliberação do colegiado competente pelo relator ou pelo redator.
- 109 Os relatórios trimestrais e anuais encaminhados pelo tribunal ao Congresso Nacional conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do tribunal.
- 110 Os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a municípios, estados e Distrito Federal, mediante acordo, à exceção de convênio, estarão no âmbito da jurisdição do tribunal.
- 111 Verificada irregularidade nas contas, havendo débito, caberá ao relator ou ao TCU ordenar a citação do responsável para apresentar defesa ou recolher a quantia devida.

Com relação aos modelos keynesiano e IS/LM, julgue os itens a seguir.

- 112 Quanto maior a sensibilidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros, mais inclinada será a curva LM e mais eficaz será a política monetária.
- 113 O aumento dos salários nominais (efeito Keynes) desloca paralelamente a curva LM para a esquerda, o que reduz o produto e o lucro das firmas e aumenta a taxa de juros de equilíbrio.
- 114 A elevação da sensibilidade do investimento em relação à taxa de juros faz com que a curva IS fique mais vertical do que antes do referido aumento.

Em relação à teoria macroeconômica para pequenas economias abertas, julgue os itens que se seguem.

- 115 No regime de câmbio fixo, o aumento da tributação proporciona redução das reservas internacionais.
- 116 No regime de câmbio flutuante, a expansão dos gastos do governo não é capaz de estimular o produto da economia.
- 117 Em um regime com câmbio fixo, a expansão dos gastos do governo leva ao aumento da renda e das exportações líquidas.

Acerca da teoria microeconômica clássica, julgue os itens subsequentes.

- 118 Em concorrência perfeita, o preço é independente da quantidade produzida e a receita total é linear.
- 119 Em concorrência perfeita, o custo marginal é igual à receita média no ponto ótimo.

No que concerne à teoria da regulação, julgue os itens a seguir.

- 120 Um mercado relevante do ponto de vista da necessidade de imposição tarifária por parte do órgão regulador é aquele com alta e positiva elasticidade-preço cruzada da demanda.
- 121 A regulação por taxa interna de retorno é a que garante o maior incentivo em termos de busca de produtividade e eficiência por parte do concessionário.
- 122 A condição para o problema de *moral hazard* (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

De acordo com o pronunciamento conceitual básico (R1), elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir.

- 123 A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

Em relação às responsabilidades da administração da entidade e do auditor independente, de acordo a NBC TA 200, julgue o próximo item.

124 Os mandatos para auditoria de demonstrações contábeis de entidade do setor público podem ser mais detalhados que os de outras entidades, o que implicaria responsabilidades adicionais para a administração, tais como a responsabilidade pela execução de transações e eventos em conformidade com a legislação, regulamentação ou outra autoridade.

Julgue o seguinte item, que trata da administração e do conselho fiscal das entidades, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores.

125 Os membros do conselho fiscal têm a obrigação de denunciar aos órgãos de administração erros, fraudes ou crimes que descobrirem e de sugerir providências. Caso ocorra omissão dos administradores, a denúncia deve ser apresentada à assembleia-geral.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores, julgue o item subsequente, referente à demonstração de lucros e prejuízos acumulados e à demonstração de mutações do patrimônio líquido.

126 Quando a companhia elabora a demonstração das mutações do patrimônio líquido, fica dispensada de publicar separadamente a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados.

A respeito das notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis, julgue o item subsequente, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

127 Quando determinada entidade corrige, retrospectivamente, erro material de períodos anteriores, a entidade deve divulgar nas notas explicativas que acompanham o primeiro conjunto de demonstrações contábeis publicado após a descoberta desse erro, entre outras informações, a natureza do erro e o montante da retificação para cada período anterior apresentado, na medida em que seja praticável, para cada item afetado da demonstração contábil.

Considere que, em um contrato de arrendamento de determinado ativo, cujo tempo estimado de vida útil seja de cinco anos, tenham sido estabelecidos os seguintes itens: prazo de vigência de 50 meses, soma das prestações com 95% do valor justo do bem na data do início do contrato e uma cláusula que prevê que, no final do contrato, a empresa arrendatária possa exercer a opção de compra, desembolsando um valor que represente cerca de 5% do valor justo do bem na data da opção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

128 A empresa arrendatária deverá, durante a vigência do contrato, contabilizar a depreciação do bem, calculada numa base sistemática, lançando crédito em conta patrimonial de depreciação acumulada, e débito em conta de resultado, ou de custo no caso de um ativo utilizado na produção.

129 A empresa arrendatária deverá reconhecer o ativo como imobilizado, aumentando o ativo total, no momento da opção de compra, quando a propriedade do bem é transferida para a empresa.

dados do balanço patrimonial*

	2012	2011
caixa e equivalentes de caixa	7.000	7.000
clientes	43.000	65.000
estoques	82.000	59.000
investimento longo prazo	10.000	8.000
imobilizado	98.000	70.000
depreciação acumulada	(38.000)	(25.000)
total do ativo	202.000	184.000
fornecedores	80.000	46.000
financiamentos longo prazo	26.000	54.000
capital social	90.000	80.000
reservas	6.000	4.000
total passivo + patrimônio líquido	202.000	184.000

dados da demonstração do resultado *

	2012
vendas	240.000
custo da mercadoria vendida	(170.000)
despesas de vendas	(20.000)
despesas administrativas	(15.000)
despesas financeiras	(10.000)
despesas de depreciação	(13.000)
imposto sobre a renda	(2.000)
lucro líquido	12.000

* saldos em reais

Considerando os dados da tabela acima, julgue o item subsequente, relacionado à elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

130 O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é menor que R\$ 35.000.

RASCUNHO

demonstração do resultado do exercício		
	2012	2011
receita	R\$ 510.000	R\$ 430.000
(-) CMV	R\$ (200.000)	R\$ (180.000)
lucro bruto	R\$ 310.000	R\$ 250.000
(-) despesas gerais e administrativas	R\$ (95.000)	R\$ (90.000)
(-) despesas de vendas	R\$ (57.000)	R\$ (45.000)
lucro líquido do exercício	R\$ 158.000	R\$ 115.000

demonstração de lucros e prejuízos acumulados	
saldo em 1/1/2011	R\$ 205.000
lucro líquido do exercício (2011)	R\$ 115.000
saldo em 31/12/2011	R\$ 320.000
lucro líquido do exercício (2012)	R\$ 158.000
saldo em 31/12/2012	R\$ 478.000

Determinada companhia levantou, no final do exercício de 2012, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de lucros e prejuízos acumulados, as quais estão expostas nas tabelas acima. Contudo, por considerar que poderia melhorar a qualidade da informação contábil-financeira, a companhia alterou sua política contábil com relação à avaliação dos estoques. Até aquele momento, a avaliação dos estoques vinha sendo feita pelo método da média ponderada. A mudança na política contábil, a ser executada ainda em 2012, consistia em adotar o método primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS). Em consequência da mudança, foram recalculados os saldos finais dos estoques nos finais dos exercícios de 2010 a 2012. Os novos saldos apresentaram, então, valores maiores que quando avaliados pela média ponderada, como apresentado a seguir.

diferença a maior no saldo do estoque, após a mudança	
exercício encerrado em 31/12/2010	R\$ 83.000
exercício encerrado em 31/12/2011	R\$ 102.000
exercício encerrado em 31/12/2012	R\$ 124.000

Com referência a essas informações, julgue o item a seguir.

131 A nova demonstração de lucros e prejuízos acumulados apresentará, em 31/12/2012, um saldo inferior a R\$ 520.000.

Em relação à apuração de resultados, controle de estoque e custo das vendas, julgue o próximo item.

132 Determinada empresa comercial levantou, ao final do mês, os saldos contábeis apresentados a seguir, cujos valores estão em reais. Nesse caso, o custo da mercadoria vendida no mês é superior a R\$ 4.300 e o lucro bruto é inferior a R\$ 3.000.

abatimento sobre compras	100
compras de mercadorias	5.000
devolução de compras	300
devolução de vendas	400
estoque saldo final do mês	1.000
estoque saldo início do mês	1.000
frete sobre vendas	200
ICMS a recolher	2.000
ICMS a recuperar	850
ICMS sobre vendas	1.500
vendas de mercadorias	9.200

RASCUNHO

Acerca das taxas de retorno e dos indicadores de estrutura de capital e solvência, julgue os itens a seguir.

- 133** O indicador de composição do endividamento denota a proporção entre o capital próprio e o capital de terceiros de uma empresa.
- 134** O índice de liquidez corrente resulta da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante e mede a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo.
- 135** Segundo o termômetro de Kanitz, o fator de insolvência superior a zero indica que a empresa possui maior possibilidade de vir a falir, ou seja, quanto mais alto e positivo for o fator de insolvência maior será o risco de falência da empresa.
- 136** O modelo DuPont originalmente era uma maneira de decompor o retorno sobre o ativo em dois fatores, que, analisados de forma isolada, representavam a margem líquida e o giro dos ativos.
- 137** O EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*) é um indicador que se aproxima do fluxo de caixa operacional e possibilita a comparação de empresas a fim de subsidiar as decisões de investimento.
- 138** O grau de alavancagem financeira é a razão entre a taxa de retorno sobre o investimento e a de retorno sobre o ativo.

Com relação aos indicadores de mercado e às análises horizontal e de liquidez, julgue os itens que se seguem.

- 139** O índice preço/lucro, também chamado de múltiplo de lucros, mostra quanto os investidores estão dispostos a pagar por unidade monetária de lucro gerado pela empresa.
- 140** O índice *dividend yield* mede a rentabilidade dos dividendos pagos por uma empresa em relação ao preço de suas ações.
- 141** A análise horizontal encadeada do balanço patrimonial é efetuada por meio do cálculo das variações de cada conta em relação a um ano-base.
- 142** O ciclo das operações financeiras engloba o conjunto de decisões inerentes à definição e à adequação da capacidade produtiva da empresa ao nível de atividade a ser empreendido, mediante estabelecimento de investimentos em ativos permanentes.

Considerando o campo de aplicação, o objeto, os objetivos e a organização da contabilidade pública e a estrutura do SIAFI, julgue os itens a seguir.

- 143** Os subsistemas do SIAFI são as subdivisões de sua estrutura de funcionalidades, que são organizados em módulos de transações.
- 144** Após a edição pelo Conselho Federal de Contabilidade das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, a contabilidade pública brasileira passou a registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública, seguindo a amplitude da previsão de apuração de custos estabelecida desde a edição da Lei n.º 4.320/1964.

Com relação às demonstrações contábeis da contabilidade governamental, julgue os itens seguintes.

- 145** No balanço orçamentário, se demonstrado que houve economia orçamentária no orçamento corrente e excesso de arrecadação no orçamento de capital, é possível que ocorra déficit orçamentário.
- 146** Dados os custos, as receitas e as despesas a seguir, a demonstração das variações patrimoniais evidencia resultado patrimonial deficitário.

despesas, custos e receitas	R\$
custo de mercadorias e produtos vendidos	50
amortização de operação de crédito	100
perdas involuntárias	50
receita de impostos	100
baixa de estoques para consumo	50
descontos financeiros obtidos	100
venda de mercadorias e produtos à vista	50
depreciação de móveis	100
aquisição de material de expediente à vista	50

- 147** A despesa orçamentária não efetiva decorre de fato contábil permutativo, como a despesa de aquisição de material de consumo, cuja variação patrimonial qualitativa é apresentada na demonstração das variações patrimoniais, segundo o atual modelo do manual de contabilidade aplicada ao setor público da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 148** No balanço financeiro, a soma dos restos a pagar inscritos e ainda não pagos, assim como as consignações em folha de pagamento representam ingressos extraorçamentários.
- 149** A partir da edição das normas brasileiras de contabilidade e da publicação do manual de contabilidade aplicada ao setor público pela Secretaria do Tesouro Nacional, o balanço patrimonial passou a evidenciar, no ativo circulante e no não circulante, itens que antes eram classificados no ativo não financeiro.

RASCUNHO

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 150** Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público devem publicar o demonstrativo da disponibilidade de caixa e o demonstrativo da despesa com pessoal, no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício.
- 151** Na consolidação das contas nacionais, a Secretaria do Tesouro Nacional excluirá as operações intergovernamentais, para evitar dupla contagem de despesas, receitas, ingressos e dispêndios do setor público.
- 152** O relatório resumido da execução orçamentária abrange os recursos das entidades da administração indireta que recebem recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluídos aqueles sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de outras despesas correntes e de capital.

Com relação às funções do governo, julgue os itens a seguir.

- 153** A redistributividade da receita tributária implica a transferência de recursos entre diferentes esferas da administração. Isso significa que a aprovação dos recursos não guarda relação com as bases tributárias de cada jurisdição. Os objetivos de redução das desigualdades ou de equalização da disponibilidade final dos recursos é apenas um atributo adicional que tem caracterizado o Sistema Tributário Nacional.
- 154** A existência de externalidades é um dos exemplos de falhas de mercado. O governo pode incorporá-las ao custo ou ao benefício privado, refletido pelo sistema de preços. Quando o governo abre mão de parcela de seus recursos, mediante a concessão de incentivo fiscal a determinado setor ou produto, isso constitui uma externalidade positiva para as respectivas empresas.

Acerca dos planos e orçamentos públicos, em particular no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 155** A existência de dispositivos constitucionais, tais como a exigência de demonstrativos regionalizados do efeito das renúncias fiscais, é uma evidência da preocupação dos constituintes de 1988 com a redução das desigualdades interregionais.
- 156** As fundações educacionais públicas federais integram o orçamento da União, a exemplo das autarquias, constituindo as instituições de ensino superior. Essa característica decorre da aplicação do princípio orçamentário da universalidade.
- 157** Quando a Constituição Federal determina que percentual do valor arrecadado de um tributo de competência de determinado ente deva ser transferido a outro, cada um desses entes registrará como receita exclusivamente e diretamente a sua respectiva parcela.
- 158** Suponha que, em meados do exercício, tenha sido constatado a insuficiência de dotação para determinado programa e que os dados, até junho, revelem a seguinte situação, em reais.
- orçamento aprovado: 3.600
 - excessos mensais de arrecadação com tendência de se repetirem ao longo do ano: 20
 - despesas empenhadas: 2.100
 - constatação de que outro programa não poderá ser executado nem há perspectiva de iniciá-lo: 75 (dotação inicial)
 - déficit financeiro no balanço patrimonial do último exercício: 120
 - crédito extraordinário aberto no exercício: 60

Com base nesses dados e informações, concluiu-se pela impossibilidade de abertura tanto de crédito suplementar como especial.

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

- 159** A LDO/2013 prevê que, no caso de frustração da receita que venha a comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo efetuará automaticamente, a qualquer tempo, o contingenciamento das dotações e a retenção dos recursos correspondentes a todos os poderes e ao Ministério Público, situação que só se reverterá se houver plena recuperação da receita inicialmente estimada antes do final do exercício.
- 160** De acordo com a legislação em vigor, toda ação finalística do governo federal deve ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano. Os programas serão estabelecidos em atos próprios de cada ente da Federação, mas deverão privilegiar a descentralização, a integração com estados e municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

Com relação à classificação da despesa pública e aos seus estágios, julgue o próximo item.

- 161** A concessão de um empréstimo pelo ente é classificada como investimento. Já a amortização de outro empréstimo anteriormente obtido constitui inversão financeira. E os juros sobre o empréstimo obtido constituem uma transferência de capital.

Acerca da gestão organizacional das finanças públicas e da LRF, julgue os itens subsecutivos.

- 162** A simples prorrogação de um financiamento ao setor privado por empresa pública federal não financeira é considerada uma modalidade de destinação de recursos públicos para o setor privado.
- 163** A unidade responsável pelo orçamento do TCU está sujeita à orientação normativa do MPOG.
- 164** Considere a seguinte situação hipotética.
Um parlamentar apresentou projeto de lei prevendo devolução de tributo para os contribuintes de determinado ramo de atividade, devolução essa condicionada à realização de novos investimentos, com vigência durante os dois exercícios subsequentes à publicação da respectiva lei. A matéria, dado o interesse em sua rápida aprovação, foi incluída no próprio projeto de lei orçamentária. A receita já foi estimada e as metas fiscais foram fixadas considerando-se essa modificação na legislação tributária.
Nessa situação, concluiu-se, apropriadamente, que todos os requisitos legais foram atendidos.

No que se refere às reformas administrativas e à redefinição do papel do Estado, julgue os itens a seguir.

- 165** A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1936 representou uma modernização na administração pública brasileira, haja vista que promoveu a descentralização das atividades administrativas, com o intuito de se gerar maior eficiência.
- 166** Na reforma gerencial de 1995, a qual visava eliminar os elementos patrimonialistas ainda existentes, enfatizaram-se a hierarquização e o rígido controle de procedimentos.

Acerca da administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, julgue os itens seguintes.

167 No Brasil, o estado de bem-estar social (*welfare state*) surgiu a partir de decisões autárquicas, com caráter predominantemente político.

168 A administração pública burocrática foi adotada em substituição à administração patrimonialista, segundo a qual não havia separação entre a *res publica* e a *res privada*.

Acerca de governo eletrônico, julgue os itens que se seguem.

169 O governo eletrônico associa-se ao conceito de *accountability*, por proporcionar transparência aos atos do governo e publicidade às informações governamentais.

170 Participação cidadã, melhoria do gerenciamento interno do Estado e integração com parceiros e fornecedores são pressupostos que fundamentam as ações do programa de governo eletrônico.

Julgue os próximos itens, relativos à excelência no serviço público.

171 Realização periódica de mapeamento e planejamento de ações voltadas à captação e ao desenvolvimento de competências dos agentes públicos são fatores relevantes para a obtenção da excelência no serviço público.

172 Rigor às normas e procedimentos, foco nos objetivos e hierarquização são ações fundamentais a serem tomadas pelo Estado na busca pela excelência nos serviços públicos.

Com relação à governança, julgue o item abaixo.

173 Resultante da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, a governança implica a capacidade governamental de realizar políticas e a promoção da *accountability*.

Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

174 As avaliações de processo e de impacto abrangem o cálculo do custo-benefício e o do custo-efetividade de determinada política.

175 A ocorrência de eventos ou crises pode suscitar a emergência de problemas ou assuntos, não sendo suficiente, contudo, para impelir a entrada de um assunto na agenda.

176 A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.

A respeito de *Balanced Scorecard* (BSC), julgue o item abaixo.

177 Uma exigência do BSC é a identificação dos fatores que são importantes segundo a concepção dos clientes, as quais se estabelecem, em geral, em relação a quatro categorias: tempo, qualidade, desempenho e serviço.

No que se refere a indicadores de desempenho, julgue os itens subsequentes.

178 Custo, tempo, quantidade e qualidade são variáveis empregadas na construção de indicadores de desempenho.

179 O uso de indicadores de desempenho permite realizar mensuração direta dos resultados e gerir o desempenho, o que contribui para a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria e às disposições aplicáveis ao setor público, julgue os itens a seguir.

180 São responsabilidades da entidade fiscalizada implantar e manter em funcionamento efetivo sistemas de controles internos que assegurem o cumprimento das normas legais e a consecução dos objetivos traçados, o que não isenta o auditor de fazer propostas e recomendações em face da inexistência ou inadequação desses controles.

181 As atribuições dos auditores internos e externos diferem, pois, no primeiro caso, estão fixadas no contrato de trabalho, como empregado da empresa, e, no segundo, no contrato de prestação de serviços com o profissional ou empresa. O auditor interno tem responsabilidade essencialmente trabalhista; o externo, responsabilidade profissional, civil e criminal.

No que se refere às normas internacionais para o exercício profissional da auditoria e às normas específicas do TCU, julgue os itens que se seguem.

182 A revisão do trabalho de auditoria pelo coordenador da equipe é realizada posteriormente à emissão do relatório preliminar, no qual todos os aspectos relevantes são devidamente caracterizados e comunicados, independentemente de as irregularidades ou impropriedades terem sido ou não sanadas.

183 As entidades fiscalizadoras superiores que compõem a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) estão obrigadas a adotar um código de ética comum, o qual se aplica tanto aos auditores governamentais e aos dirigentes de suas próprias organizações quanto aos auditores das respectivas entidades auditadas.

Acerca do tipo de auditoria e dos instrumentos de fiscalização, julgue o item subsequente.

184 Considere que, após o exame da prestação de contas de uma entidade, o TCU tenha determinado uma série de providências para a regularização da situação dessa entidade. Nessa situação, a verificação do cumprimento das deliberações e os resultados delas advindos serão objeto de inspeções.

No que concerne ao planejamento da auditoria, julgue os itens seguintes.

- 185** Recomenda-se o emprego de amostragem estatística na auditoria, exceto em casos de amostra extensa, difícil mensuração das características da população e desnecessidade de alta precisão.
- 186** Os auditores não podem examinar todas as possíveis evidências que eliminariam os riscos de um julgamento equivocado. Um desses possíveis riscos é o risco inerente, presente, por exemplo, na situação em que uma empresa competidora de licitação bilionária é levada a elaborar demonstrações contábeis que favorecem sua imagem quanto à sua real situação econômico-financeira.

Acerca das técnicas e procedimentos de execução da auditoria e de evidências, julgue os itens a subseqüentes.

- 187** A opinião do auditor fundamenta-se nas evidências obtidas, cuja qualidade depende de três fatores-chave: relevância, probabilidade e tempestividade.
- 188** O auditor constata que uma conciliação bancária preparada pelo auditado está correta se, a partir do saldo presente nos livros contábeis, chega ao saldo do extrato bancário mediante a soma dos depósitos em trânsito e dos cheques sem fundos e a subtração dos cheques ainda não descontados.

Com relação à comunicação dos resultados e ao monitoramento da auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 189** O sistema de controle interno do Poder Executivo federal, ao realizar o controle de qualidade das atividades que desempenha, executa monitoramento que consiste na revisão dos trabalhos por ele realizados, com base nas normas e objetivos previamente estabelecidos. Nessa atividade, esse sistema avalia continuamente o planejamento, a execução e a comunicação dos resultados de seu trabalho, contribuindo para com as funções do controle externo.
- 190** O órgão ou unidade de controle interno do Poder Executivo federal, ao emitir um relatório sobre os resultados dos trabalhos realizados, faz uma comunicação que se destina não somente aos responsáveis e órgãos internos do ente auditado, mas também ao TCU e a outras autoridades interessadas e competentes.

No que diz respeito à prestações de contas e ao relatório de gestão, julgue os itens a seguir.

- 191** Estão sujeitos à constituição de processo de contas os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas ao TCU, não compreendidos entre essas as entidades do sistema S e os conselhos federais e regionais das profissões regulamentadas.
- 192** No relatório de gestão fiscal, um instrumento de transparência da gestão fiscal elaborado e divulgado ao final de cada quadrimestre, devem constar, em relação ao mês de dezembro, as despesas inscritas em restos a pagar empenhadas e liquidadas bem como as empenhadas e não liquidadas, estas até o limite das disponibilidades de caixa, pois, acima do saldo das disponibilidades, os empenhos serão cancelados.

Com relação aos sistemas de custos, julgue os itens a seguir.

- 193** Os custos do período são todos aqueles não incluídos nos custos do produto. De acordo com o regime de competência, esses custos são considerados despesas na demonstração de resultado do período em que eles ocorreram.
- 194** Os custos são gastos essenciais à produção, visto que os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

Acerca da classificação de custos, julgue os itens que se seguem.

- 195** Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos o aluguel da fábrica, a mão de obra indireta e a manutenção da fábrica.
- 196** Os custos variáveis dependem da quantidade produzida e estão diretamente relacionados com o volume de produção. Se não houver produção, não haverá custos variáveis.
- 197** Os custos diretos são aqueles gastos que independem das quantidades produzidas e permanecem constantes em determinado intervalo de volume de produção.

Com relação aos métodos de custeio, julgue os itens seguintes.

- 198** No método de custeamento variável, os custos variáveis diretos são alocados aos bens ou serviços. Desse modo, apenas os custos variáveis, mensurados objetivamente, são considerados no valor do bem sem a utilização de métodos de rateio, pois não sofreram processos arbitrários ou subjetivos.
- 199** O método de custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção de forma direta ou indireta aos serviços prestados. Por esse método, a apropriação dos custos diretos é constituída de forma econômica e viável para o objeto de custeio.
- 200** O objetivo do custeio ABC é a redução dos custos por meio da eliminação dos desperdícios e do corte nos geradores de custos que não agreguem valor ou nos fatores causadores do consumo de atividades evitáveis ou desnecessárias. Essa é uma forma eficaz de compressão de custos, diferindo da maneira tradicional de cortes aleatórios dos recursos.

PROVA DISCURSIVA PD₂

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto no parecer quanto na questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No parecer, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente.

QUESTÃO

Redija um texto sobre o seguinte tema.

ASPECTOS CONTRATUAIS DA CONTABILIDADE

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir:

- ▶ descreva os diversos agentes que participam dos contratos com a firma; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ apresente as naturezas dos contratos; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ indique como surgem os problemas relativos à execução e imposição dos contratos; [valor: 5,00 pontos]
- ▶ aponte algumas funções da contabilidade relativas à coordenação dos vários contratos existentes entre os diversos agentes vinculados à empresa. [valor: 6,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PARECER

Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado X para avaliar a qualidade do serviço de transporte público coletivo prestado na capital bem como a atuação do órgão gestor na promoção da qualidade desse serviço, foram visitados todos os terminais de ônibus e estações de metrô e foi estabelecida uma amostra aleatória estratificada por eixo populacional, compreendendo 335 paradas de ônibus, o que representa uma margem de erro de 5% e intervalo de confiança de 95%. No relatório da auditoria, constam as seguintes constatações:

- 1 baixa qualidade do serviço prestado pelas empresas permissionárias — serviço inferior ao do metrô;
- 2 baixo índice de informação do serviço de transporte rodoviário quanto a horários e itinerários;
- 3 período de utilização de mais da metade dos ônibus superior ao máximo legalmente permitido;
- 4 graves falhas no processo de vistoria, o que compromete a segurança dos veículos;
- 5 baixa efetividade da fiscalização do governo, no que se refere à falta de pagamento das multas lavradas.

Além dessas constatações, há indícios de esquema de formação de cartel entre empresas para superfaturar obras e serviços na rede de transporte; de combinação para direcionamento de licitações; de subcontratações irregulares; e de pagamento de propinas a políticos, diretores de empresas públicas e a responsáveis pelo sistema de transporte dessa capital. Os documentos da investigação, juntamente com o relatório de auditoria, fazem parte da prestação de contas do órgão em análise.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore, com as devidas fundamentações, um parecer conclusivo a partir do relatório de auditoria, atendendo ao que se especifica a seguir.

- ▶ Tipo de auditoria adequada à identificação das constatações citadas e às correções dos desvios. **[valor: 12,00 pontos]**
 - ▶ Principais tipos de amostragens utilizadas em auditorias, suas características e o tipo utilizado no caso concreto. **[valor: 13,00 pontos]**
 - ▶ Tipos de decisões definitivas de contas perante o TCU e opinião sobre as contas dos responsáveis pelo sistema de transporte da capital em epígrafe. **[valor: 13,00 pontos]**
-